



OS BRASILEIROS E O APOIO À DEMOCRACIA: QUADRO TEÓRICO SOB A PERSPECTIVA DO COMPORTAMENTO POLÍTICO

Ana Caroline Salvalajo Dechiche¹, Éder Rodrigo Gimenes²

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, Professora do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Metropolitano de Maringá - Unifamma. anadechicheadv@hotmail.com

² Orientador. Docente do Curso de Bacharelado em Serviço Social, EAD/Universidade Cesumar – UNICESUMAR. Doutor em Sociologia Política, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Participação Política, Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá/PR. ergimenes@uem.br

RESUMO

O artigo apresenta uma discussão teórica sobre o desenvolvimento da democracia no Brasil, especialmente preocupado com a compreensão sobre como os cidadãos brasileiros apoiam o regime. Para tanto, desenvolveu-se uma revisão dos referenciais teóricos, valendo-se da metodologia de pesquisa bibliográfica para estabelecimento de um quadro teórico que perpassa textos relevantes da Ciência Política nacional, de modo que evidenciou-se, por um lado, como a organização política do país desde o início do período republicano sofreu alterações e, por outro lado, em que medida as alterações instituições de governo e do funcionamento do regime democrático sofreram influência e também influenciaram o comportamento político dos brasileiros com relação à adesão democrática e à participação.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil; Ciência Política; Comportamento político; Democracia.

1 INTRODUÇÃO

Conforme Soares (2001), desde o início da República, podemos destacar algumas situações recorrentes no sistema político brasileiro, como a dominação da política da maior parte dos estados por uma oligarquia, a realização periódica de eleições (muitas delas fraudulentas nas primeiras décadas do século passado) e a existência de constituições estaduais. Não houve uma única causa para o declínio da política oligárquica, mas a junção de fatores que culminaram nesse resultado, como as mudanças na infraestrutura socioeconômica, a fragmentação da propriedade agrícola, a urbanização e a industrialização. Esses processos minaram a política oligárquica em sua forma tradicional por ocorrerem em paralelo à mobilização e à conscientização política, especialmente pela sindicalização e pela expansão ideológica possibilitada pelos meios de comunicação de massa, os quais foram muito importantes. Os trabalhadores, inclusive, se destacam como importantes atores sociais na história política da primeira metade do século passado no Brasil, já que fizeram uso de espaços e ferramentas distintos na luta por seus direitos e demandas, como greves, piquetes, a organização de sindicatos e a tentativa de organização política do grupo em uma articulação social com vistas à fundação de um partido comunista.

Sobre esses períodos, Moisés (1995, p. 105) afirmou que a base da cultura política dos brasileiros cunhou-se como um conjunto rígido de padrões político-culturais abastecido de uma imensa capacidade de continuidade, com traços que foram herdados das raízes “ibéricas” do país, ou seja, de “um sistema de valores autoritários, hierárquicos e plebiscitários com componentes ‘estatistas’ e antiliberais resultantes do processo de formação do Estado”, de modo que a Revolução da década de 1930 impactou a infraestrutura econômica e a organização política da República Velha, sendo o período governado por Getúlio Vargas o mais importante para a criação de alternativas políticas novas para o Estado brasileiro, em que pese não tenha dado fim inteiramente às bases políticas da República Velha.



A Constituição de 1934, nesse sentido, marcou a primeira experiência democrática brasileira, prevendo eleições diretas para 1938, com voto universal e secreto, bem como respeito aos princípios de alternância de poder, extensão da cidadania e dos direitos políticos até 1937, quando o golpe de Estado de Getúlio Vargas iniciou o período do Estado Novo, que representou um limitador político para os grupos e classes que vinham realizando suas reivindicações, especialmente para os trabalhadores, ainda que a pressão e a articulação populares contribuíram à aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943 (SANTOS, 1979).

A deposição de Vargas em 1945 marcou o início de nosso primeiro período democrático, de fato, caracterizado, de modo geral, pela ampliação da participação e pela retomada e extensão da cidadania a grupos sociais cada vez mais amplos e também pela submissão das políticas públicas à lógica do mercado. Sobre o último aspecto, a partir de Soares (2001) tem-se que as políticas públicas eram tratadas como uma moeda de troca, resultante do colapso do corporativismo e a agenda política era controlada por uma elite técnica composta por ideólogos e técnicos “desenvolvimentistas” e pela elite tecnoburocrática do Ministério do Trabalho, a qual era a responsável pelo controle da agenda social do Estado.

Diante de tal contexto, na República Populista (1945-1964), tivemos a evolução do sistema político com a primeira experiência democrática brasileira, que redefiniu o contexto político em contraposição à República Velha, suplantando a política de cúpulas em favor da vivência de política de base elaborada de maneira ampliada e participativa (SOARES, 2001).

Tal experiência foi rompida com o golpe militar ocorrido em 1964, que inaugurou um período de governos autoritários que perduraria no Brasil até meados da década de 1980, de modo que, ante da esse histórico, este artigo tem o objetivo de sistematizar e sintetizar argumentos decorrentes de análises sociopolíticas acerca da conformação da adesão dos brasileiros ao regime democrático desde o período de redemocratização até o fim da segunda década deste século (1980-2020).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A proposta deste artigo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, que consiste na leitura, interpretação, sistematização e análise de referenciais teóricos sobre o tema, para a elaboração de quadro teórico-conceitual baseado em artigos científicos, livros e outras produções acadêmicas específicas relacionadas à temática, com vistas à promoção de conhecimento e aprendizado mais aprofundado (MACEDO, 1994; LIMA; MIOTO, 2007; PIZZANI ET AL, 2012).

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O REGIME NO BRASIL PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO

Segundo Moisés (1995), as interpretações mais usuais da cultura política do Brasil até meados da década de 1970 remetiam à manutenção do legado “varguista” dos anos 1930, com destaque à continuidade de um Executivo centralizado, com forte capacidade de intervir na economia e na sociedade, preservação de arranjos institucionais que de fato esvaziavam partidos políticos ao restringirem sua eficácia, conferindo-lhes a mera função de “equilíbrio” entre as oligarquias regionais, como as instituições privadas da sociedade civil, sindicatos ou grupos de pressão. Nos últimos anos da experiência militar vivenciada pelos brasileiros até meados de 1980, essa percepção foi superada, conforme apontaram pesquisas de opinião pública, cujos resultados demonstraram o reconhecimento da importância dos partidos políticos para a manutenção da democracia e o papel das instituições democráticas. Esses resultados demonstram que, em pleno período da ditadura



militar, uma parcela dos brasileiros que estabeleceu comparações entre a vida política em diferentes contextos de regimes reconheceu elementos democráticos, assim como os dados sistematizados pelo autor demonstraram a crescente preferência pela retomada do regime democrático, combinada com redução do apoio à manutenção da ditadura militar em curso.

As experiências de terror provocadas pelo regime militar, como a ausência de liberdade, constrangimentos políticos, perseguições aos atores e partidos políticos, bem como as medidas arbitrárias tomadas pelo Estado impactaram a população negativamente, mas outros aspectos de ordem política e econômica – como a sobrevivência de um sistema político semicompetitivo com as eleições periódicas – contribuiu ao fortalecimento da insatisfação dos brasileiros com o regime autoritário. Esse descontentamento estava relacionado, em alguma medida, à pluralização das pautas dos movimentos e grupos que passaram a encampar a defesa do retorno à democracia junto às suas práticas e lutas por causas específicas (MOISÉS, 1995).

O fim do bipartidarismo, a consequente abertura ao multipartidarismo, o reconhecimento da força das lutas sociais e o movimento pelo retorno do voto direto à presidência “Diretas já!” foram alguns dos aspectos que minaram mais exponencialmente a força dos militares, de modo que, em meados da década de 1980, foi determinada a retomada do voto direto para presidente no pleito de 1989 e estabelecida uma Assembleia Nacional Constituinte com vistas à elaboração de uma nova carta constitucional. A transição política brasileira durou mais de uma década (1974-1985), gerando um movimento complexo e amplo de oposição ao regime autoritário, tanto para redefinir o compromisso com parte das elites, quanto para generalizar a democracia em outros setores da sociedade, tendo em vista que a experiência de terror do Estado provocou certa mudança de atitude dos atores políticos brasileiros, denotando os vícios do despotismo e lançando luzes às virtudes da democracia (MOISÉS, 1995).

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988) restaurou o Estado democrático de direito no país de maneira formal. Tanto a Constituição quanto outros dispositivos normativos instituíram uma série de mecanismos para o envolvimento dos atores políticos, econômicos e sociais no processo de formulação e gestão de políticas públicas ao ampliar instrumentos de controle, participação e transparência nas decisões políticas, possibilitando a abertura de canais para a participação social no desenvolvimento social e democrático do país (PIRES; GOMIDE, 2014).

Avançando até a década passada, temos como grande mobilização política as grandes manifestações iniciadas em 2013, conhecidas também como Jornadas de Junho, que mobilizaram milhões de pessoas em todo o território nacional e inicialmente tinham como pauta principal a tarifa zero para o transporte público, a qual foi uma bandeira levantada pelo Movimento Passe Livre, logo após os anúncios sobre o aumento das tarifas do transporte coletivo na cidade de São Paulo (TATAGIBA, 2014). Em um segundo momento, os repertórios das mobilizações passaram a contemplar desde conteúdos contestatórios até críticos aos grandes eventos esportivos (Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016). Além disso, apresentavam-se demandas contra o Partido dos Trabalhadores (PT) e, ao mesmo tempo, propostas de militarização, a favor da redução da maioria penal, bem como favoráveis ao retrocesso das políticas públicas alcançadas até então, entre outras (SINGER, 2013; OLIVEIRA; AYRES; GIMENES, 2018).

Alonso (2017) aponta a construção de performances políticas expressivas a partir de 2013 e depois também em 2016, por conta da polarização entre grupos de eleitores político-partidários, a partir de três repertórios de confronto. O primeiro, já conhecido pelos manifestantes, denominado como repertório socialista, que retornou em 2013 através das bandeiras vermelhas, com uma organização vertical dos manifestantes, uso megafones e



indignação com a baixa qualidade dos serviços públicos prestados. Além deste, um segundo repertório, o qual era composto por movimentos pela justiça global e demandas de igualdade entre os gêneros e que foi chamado de autonomista. Neste, verificaram-se reivindicações por espaços compartilhados, performances diretas, anticapitalistas e antiestatistas, através de uma organização descentralizada e centrada na deliberação por consenso coletivo. Por último, um repertório patriota, com referência às duas grandes mobilizações nacionais, como as “Diretas já!” (1984), por meio de cores, bandeira e hino nacionais, bem como o “Fora Collor” (1992), com as “caras-pintadas” pelas cores da bandeira do Brasil.

Esses acontecimentos somados ao crescimento do acesso à educação superior e ao aumento do poder de consumo durante os governos Lula (2002 e 2010) diminuíram os espaços que separavam as camadas sociais e criaram um cenário que serviu de palco para a retomada e o surgimento de inúmeros repertórios políticos (SINGER, 2013; TATAGIBA, 2014; ALONSO, 2017; OLIVEIRA; AYRES; GIMENES, 2018).

Em suma, de modo geral, os protestos de junho de 2013 significaram um marco na retomada da população às ruas, demonstrando também uma grande polarização entre “petistas” e “antipetistas”, materializando o que já vinha ocorrendo, desde 2006, no campo eleitoral (RIBEIRO; SILVA, 2016). Todavia, a “Operação Lava-Jato” atingiu fortemente as lideranças do PT e de suas coalizões, além das sucessivas mobilizações através da reemergência da direita na tomada do poder, as quais reforçaram uma guinada conservadora impulsionada pelo antipetismo e resultaram em grandes manifestações com pedidos de impeachment da presidenta (ALONSO, 2017; TATAGIBA, 2018).

Autores como Santos (2017), Avritzer (2019) e Miguel (2019) avaliaram os impactos desses acontecimentos para a legitimidade democrática, considerando a satisfação com o regime enquanto elemento vital para a sua manutenção. Assim, a redução do apoio ao regime entre os brasileiros e o estreitamento de práticas com valores democráticos evidenciam um período de “regressão democrática” vivenciado pelo Brasil pós-2013. Em meio às expressivas mobilizações pró-impeachment, perpetradas pela reemergência da direita na política brasileira, destaca-se o surgimento da figura, até então politicamente inexpressiva, de Jair Messias Bolsonaro, que, ao se colocar como opção em um contexto político polarizado e insatisfeito com establishment, transformou a crise das instituições políticas em potencial eleitoral através de discursos de ódio pautados pela intolerância e por um forte apelo aos militares (MIGUEL, 2019; COUTO, 2020).

4 ESTUDOS SOBRE A ADESÃO À DEMOCRACIA ENTRE OS BRASILEIROS

Feitas essas considerações, no final dos anos de 1980, as pesquisas de opinião pública dedicaram-se a compreender os impactos desses processos no comportamento político da população brasileira. A partir dessas pesquisas, para traçarmos um panorama mais satisfatório sobre a medida do apoio dos brasileiros em relação ao regime democrático e suas nuances ao longo do período, elaboramos uma linha do tempo que expõe a adesão à democracia no Brasil entre os anos de 1989 e 2016, a qual expomos na Figura 1.

O arcabouço teórico explanado nos sugere, inicialmente, uma adesão democrática um tanto problemática. O fato é que a herança ditatorial presente nos países democráticos indica um aumento da desconfiança institucional e da insatisfação com o regime, apesar do lúcido aumento da valorização da democracia, expressando uma performance própria da cultura política das democracias em transição e uma adesão problemática, a qual é traduzida em elementos subjetivos e híbridos quanto ao apoio ao regime (MENEGUELLO, 2010; SOUZA, 2016; FUKS *ET AL*, 2016).

Sobre o caso brasileiro, especificamente no final da década de 1980 e começo dos anos 1990, o cenário refletia, por um lado, uma parcela de brasileiros desconfiados em



relação às instituições políticas e, por outro, uma massiva orientação política em direção à preferência democrática. Em se tratando de resultados de pesquisa, os surveys realizados entre 1989 e 1993 demonstraram que 50% da população preferia a democracia a qualquer outra forma de governo, enquanto 2/3 dos brasileiros não confiavam em Parlametos, Partidos Políticos, Tribunais de Justiça, Serviços Públicos e demais instituições democráticas, e 15% dos brasileiros tinham preferência por alternativas autoritárias. Com base no corpo analítico apresentado, podemos concluir que, em meados de 1993, os brasileiros estavam em fase de adaptação ao que seria um regime democrático. Por essa razão, vemos um quadro de apoio à democracia, mas com desconfiança e resquícios de comportamentos políticos do regime militar (MOISÉS, 1995).

Figura 1. Adesão à democracia no Brasil (1989 a 2016)



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados das pesquisas de Moisés (1995;2005; 2006; 2008), Duarte e Souza (2015), Fuks *et al* (2016) e Couto (2020).

Por conseguinte, Duarte e Souza (2015), a partir de extensa análise dos dados disponíveis no Latinobarômetro entre os anos de 1995 e 2010, buscaram analisar as medidas de apoio dos brasileiros em relação ao regime democrático, com base em questões referentes à preferência, ou não, dos cidadãos em relação à democracia, confiança no regime e nas instituições políticas e a percepção dos indivíduos sobre as decisões do governo. Assim, constataram que, na década de 1990, especificamente os entre os anos 1995 e 2000, com base nas respostas “A democracia é melhor do que qualquer outra forma de governo”, em 1995, 41% dos cidadãos expressaram preferência ao regime democrático, enquanto em 1996, tal medida aumentou em 9%, para 50%, e apresentou declínio somente nos anos 2000, correspondendo à proporção de 37%. Quanto aos índices de satisfação com a democracia entre os anos 1995 e 2000, de modo geral, menos de 1/3 dos brasileiros demonstravam-se muito insatisfeitos com o regime.

Todavia, quanto ao início dos anos 2000, Moisés (2008) analisou a continuidade do percurso de orientação dos cidadãos brasileiros relativo à democracia e às suas instituições, em um estudo comparado entre o Brasil e demais países latino-americanos, utilizando-se das amostras do survey Latinobarômetro, condizentes aos anos 2002 e 2004. O autor ressaltou dois cenários em seus resultados: uma população que manifestava apoio ao regime democrático enquanto regime político e, ao mesmo tempo, cidadãos



desconfiados em relação às instituições democráticas. Assim, inseriu a tipologia “brasileiros ambivalentes” em sua construção analítica, ou seja, a existência simultânea de sentimentos opostos em relação ao regime democrático. Como pontuado pelo autor, essas atitudes seriam reflexos tanto da cultura política, quanto da percepção sobre o desempenho institucional. Os cidadãos, embora apoiassem a democracia, eram mais moderados em escolhê-la como a melhor forma de governo.

Avançando nas análises de artigo anterior, o perfil denominado “democratas” é composto por cidadãos que expressaram preferência à democracia até mesmo em situações-problema, como momentos de crise política, econômica e social. O perfil “autoritário” refere-se aos indivíduos afetos às alternativas autoritárias em circunstâncias específicas e que não consideravam a democracia como o melhor sistema de governo ou preferível em detrimento de outros. Por fim, os perfis considerados “ambivalentes” foram de cidadãos que, mesmo considerando o regime democrático como melhor forma de governo também se mostraram adeptos às alternativas autoritárias ou indiferentes à escolha do regime. Nessa conformidade, portanto, os dados de opinião pública demonstravam, naquele momento, a manutenção do estoque de legitimidade com base no apoio normativo (MOISÉS, 2005; 2008).

Acerca de tal período (entre 2002 e 2004), contemplando também os anos de 2006, Duarte e Souza (2015), por sua vez, denotam baixa preferência pela democracia entre os brasileiros, sendo 37% em 2002 e 41% em 2004, mas destaca um salto sobre a medida a partir de 2006, momento em que praticamente a metade da população (49%) apoiava o regime democrático. Esta tendência seguiu crescendo até 2010 e voltou a cair em 2012. Além disso, os índices de confiança sobre o regime, referentes ao período entre 2002 e 2006, denotam que a maioria dos cidadãos dizia satisfeita ou muito satisfeita com a democracia entre os anos de 2002 e 2004 (71%), havendo o declínio dessa medida entre 2006 e 2010, voltando a crescer entre 2011 e 2013. Conforme esses dados, portanto, a opinião pública demonstrava, no início dos anos 2000, a manutenção do estoque de legitimidade do regime democrático, com base no apoio normativo (MOISÉS, 2005; 2008; DUARTE; SOUZA, 2015).

Se, por um lado, as análises evidenciaram um “salto” nas medidas a partir de 2006, por outro lado, apresentaram nova queda em 2013. Esses resultados, por sua vez, apontam, em um primeiro momento, para um cenário otimista e promissor sobre evolução nas atitudes políticas dos brasileiros após a democratização, o que pode significar um reflexo direto do reconhecimento da legitimidade das políticas públicas ao longo dos mandatos de Lula (2002-2010), mas o declínio constatado em 2013 remete à ineficiência do desempenho institucional diante das demandas dos cidadãos, como à generalização de práticas de corrupção, fraude ou desrespeito do Estado com relação aos interesses públicos (DUARTE; SOUZA, 2015; COUTO, 2020).

Por sua vez, Fuks *et al* (2016), com base no banco de dados do Barômetro das Américas de 2006, 2008, 2010 e 2012, organizados pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP), buscaram responder se os democratas brasileiros são realmente democráticos. Inicialmente, realizaram uma revisão teórica sobre a natureza problemática da adesão ao regime e, em um segundo momento, avançaram na construção analítica da pesquisa buscando captar as atitudes dos cidadãos em relação aos aspectos normativos do regime. Os autores endossaram a visão multidimensional da adesão ao regime democrático ao analisarem a adesão à democracia em diferentes dimensões, como a participação inclusiva, contestação pública, limites à autoridade executiva e a percepção dos indivíduos em relação às instituições políticas.

Como resultado, constataram que a proporção de brasileiros que consideram a democracia como a melhor forma de governo é uma constante entre 2006 e 2012, o percentual de respondentes que concordam com essa afirmativa corresponde a 71,53% em



2006 e 65,97% em 2012. No entanto, uma parcela considerável de democratas não possui atitudes correlatas aos procedimentos de escolha e aos princípios da participação política, revelando fragilidades à manutenção do regime em momentos de crise econômica, política e social. Além disso, embora os democratas sejam adeptos do direito ao voto, há também a desvalorização dos partidos políticos enquanto basilares para a mediação das demandas coletivas frente ao Estado.

Os achados de Fuks *et al* (2016) indicam que a adesão à democracia, quando desmembrada em diferentes dimensões, elucida cenários distintos sobre as atitudes dos brasileiros. Nesse sentido, no que tange ao caso brasileiro, embora haja uma preferência pelo regime, uma parcela significativa da população é composta por democratas não democráticos em termos de atitudes e valores democráticos.

Por último, Fuks *et al* (2016) destacaram que os baixos níveis de legitimidade encontrados não são uma exclusividade do regime democrático brasileiro, tampouco das novas democracias. Em comparação - específica sobre o ano de 2012 - entre o Brasil e os Estados Unidos, embora o grau de adesão dos cidadãos estadunidenses seja ligeiramente maior em praticamente todas as dimensões democráticas, há também uma disparidade referente à média de rejeição a uma democracia sem partidos políticos. Em uma escala de 0 a 100, a média de discordância alcançada pelos estadunidenses correspondeu a 42,9, enquanto a dos brasileiros alcançou 57,5, demonstrando que os estadunidenses são mais adeptos a uma democracia sem partidos do que os brasileiros.

Ao avançarmos para o cenário da adesão democrática entre os anos de 2014 e 2016, Couto (2020), a partir da extensa análise do survey Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2010, 2014 e 2018, realiza um balanço sobre os valores que compõem a adesão ao regime pelos brasileiros entre 2010 e 2018. Para a realização da pesquisa, a autora construiu um modelo de análise pautado em princípios e procedimentos democráticos a partir das diferentes dimensões do apoio ao regime: a primeira referente à valorização do sistema representativo e das instituições representativas, como as eleições livres, competitivas e periódicas, para o cidadão, bem como o reconhecimento da importância do voto, sufrágio universal e eleições para os cargos dos poderes Executivos e Legislativos; a segunda fundamentada em questões sobre mecanismos de participação política e importância das formas de participação para além do voto; e a terceira tratando de aspectos intrínsecos do tecido social e mais substantivos do regime, por exemplo, a garantia e efetividade de direitos, igualdades e liberdades e o reconhecimento dos direitos civis, políticos e sociais. Em sua análise, Couto (2020) verificou, referente a dados de 2014, a inexistência de um grupo coeso de democratas que aderem às dimensões democráticas, sendo os brasileiros majoritariamente ambivalentes (74,5%), porém com destaque ao crescimento do número de brasileiros autoritários em comparação com 2010.

Tão relevantes quanto os resultados acima expostos são as evidências encontradas por Santos e Hoffman (2016) no que concerne à confiança nas instituições democráticas, que expressam um cenário pessimista. Os índices de confiança nos partidos políticos e no Congresso Nacional correspondem, respectivamente, a 6% e 13%, sendo que com relação à confiança no Governo Federal, Estado e Justiça, com exceção deste último, os índices demonstraram resultados decrescentes em comparação com os anos anteriores, de modo que tais dados se filiam ao conjunto discutido nessa seção, que denota a desconfiança política e a persistência de atitudes autoritárias entre a população brasileira.

5 CONCLUSÕES

O breve quadro teórico desenvolvido neste artigo demonstra dois aspectos que se relacionam entre si e reforçam o argumento de que instituições e cidadãos não operam no vácuo social, ou seja, de que existe uma relação de dependência mútua – ainda que ao



longo do tempo com intensidade de impactos ou influências dissonantes – entre os poderes instituídos (organizações e normas) e a maneira como a população vivencia o regime (comportamento político).

Nesse sentido, identificou-se que institucionalmente o Brasil passou por diversas modificações de regime político e em seu funcionamento no século XX, com rompimentos e alterações que impactaram a maneira como os brasileiros percebem, participam e confiam na democracia, assim como identificou-se haver períodos ou situações em que os cidadãos são mais ativos politicamente do que em outras, buscando impactar em maior medida a maneira como o regime político opera.

REFERÊNCIAS

ALONSO, A. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos**, n. 107, p. 49-58, jun. 2017.

AVRITZER, L. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

COUTO, L. F. **Adesão à democracia no Brasil: uma análise de desvalorização do regime e dos princípios democráticos de 2010 a 2018**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2020.

DUARTE, J. SOUZA, B. M. Os valores democráticos no Brasil: revisitando a bibliográfica e analisando o cenário atual. **Diálogo**, n.30, p.73-91, 2015.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. Á.; GONÇALVES, G. Q.; DAVID, F. F. Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 19, p.199-219, 2016.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálisis**, v. 10, 2007. p. 37-45.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. 2. ed. rev. São Paulo: Loyola, 1994.

MENEGUELLO, R. **Alguns aspectos da lógica de coalizões partidárias, cidadãos e política: diagnóstico da adesão democrática, comportamento e valores**. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/ IPEA, 2010.

MIGUEL, L. F. **O colapso da Democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2019.

MOISÉS, J. A. Cultura Política, Instituições e Democracia: Lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, 2008.

MOISÉS, J. A. **Os brasileiros e a democracia**. São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, R. A. de; AYRES, C. S.; GIMENES, É. R. Democratismo entre legisladores municipais catarinenses: determinantes individuais da adesão procedimental e valorativa ao regime. In: GIMENES, E.; BORBA, J. (Org.) **Poder Legislativo e Cultura Política**:



valores, atitudes, trajetória e comportamento político dos vereadores e vereadoras do Estado de Santa Catarina. Curitiba: Grupo CPOP, 2018.

PIRES, R. R. C.; GOMIDE, A. de A. **Burocracia, Democracia e Políticas Públicas: Arranjos institucionais de políticas de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2014

PIZZANI, L; SILVA, R. C. da; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 1, 2012. p. 53-66.

RIBEIRO, L. M. L.; SILVA, G. F. Confiança nas instituições democráticas e vitimização por crime: qual a relação? **Revista de Sociologia Política**, v. 24, n. 58, p. 59-84, 2016.

SANTOS, W. G. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SANTOS, W. G. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1979.

SANTOS, E. R.; HOFFMANN, F. Apoio ao sistema político brasileiro e a qualidade da democracia. **Canoas: Direito e Democracia**. v.17, n.1, p. 64–81, 2016.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos**, n.97, p. 23-40, nov. 2013.

SOARES, G. A. D. **A Democracia Interrompida**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política e Sociedade**, v.13, n. 28, p. 35-62, 2014.

TATAGIBA, L. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. **Lusotopie**, v. 17, n.01, p. 112-135, 2018.